

Diário Oficial



EDIÇÃO 697
LEI MUNICIPAL Nº 447

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CAMBUCI - D.O.E.

SEXTA-FEIRA
02 DE OUTUBRO DE 2026

PREFEITO | MURILLO SILVA DEFANTI

VICE-PREFEITO | LUSIMAR SANDER INÁCIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUCI

GESTÃO 2025 - 2028

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2026

O Município de Cambuci, através de sua Agente de Contratação, torna público a realização de licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 017/2026, conforme Lei Federal nº. 14.133/2021.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS, MATERIAIS E LOCAÇÃO DE MAQUINÁRIOS PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO HIDRÁULICO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO PARCELADO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item

Data de entrega e abertura dos envelopes: 21/10/2026 Horário: 10 h

Retirada do Edital: O Edital completo poderá ser obtido na Coordenadoria de Compras e Licitações, localizada na Prefeitura Municipal de Cambuci ou através do site: www.prefeituradecambuci.rj.gov.br

Luciana Mozer da Silva Cortes
Agente de Contratação



Portaria nº 021, de 16 de setembro de 2026.

A Diretora Previdenciária do RPPS/CAMBUCIPREV, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 4º do Decreto nº 1.304, de 8 de março de 2017,

RESOLVE:

Conceder o benefício de aposentadoria na modalidade **VOLUNTÁRIA ESPECIAL**, à servidora **NEUZA MARIA LOPES DA CUNHA**, no cargo de PROFESSORA F, matrícula nº 200.0961, CPF nº **538.348.287-34**, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, tendo por fundamento o disposto no Art. 6º da EC nº 41/03 c/c art. 40, § 5º, da CR/88, Transição pela EC 41, art. 6º, do artigo 54, da Lei Municipal nº 541/2006, ou seja, **COM PARIDADE (em parcelas distintas)**, com os proventos fixados como demonstrado abaixo:

Salário base – 100% (Lei Complementar 01/93, art. 48, Parágrafo Único)	R\$ 2.565,32
Triênio inativo - 40% (Lei Complementar nº 03/97, art. 1º)	R\$ 1.282,66
Promoção inativo - 25% (Lei Municipal 281/97, art. 18)	R\$ 641,33
PCSM – 24% (Lei Municipal 027/2009, art. 13 e art. 14)	R\$ 615,68
TOTAL DOS PROVENTOS A FIXAR	R\$ 5.104,99

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/09/2026.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MAGDA CRISTINA RIBEIRO DAIBES
DIRETORA PREVIDENCIÁRIA